

VISITA ÍNTIMA: A “MEMÓRIA DO DELITO” E A INTIMIDADE TUTELADA.

**ELISA MARIA DOS ANJOS¹; FABIO VICENTE GONÇALVES QUEIROZ¹;
SERGIO LUIZ PEREIRA DA SILVA²**

¹Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - elisadosanjos@gmail.com

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro - fabiosociologia@hotmail.com

² Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – slps2@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho é parte do projeto de doutoramento em Memória Social, na linha Memória e Espaço do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, que comecei a desenvolver a partir do mês de março desse corrente ano.

A ideia do projeto nasceu da minha experiência como funcionária do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro e da observação empírica de como o espaço prisional influencia nas subjetividades e nas dinâmicas sociais dos atores dentro e fora dos muros da prisão, sendo essa lógica aplicada também no que diz respeito à Palestra de Visita Íntima e às companheiras dos apenados, seu público majoritário.

Nessa experiência enquanto palestrante e pesquisadora, dois fatores chamaram a minha atenção: em primeiro lugar a distância entre a concessão de um direito e o gozo pleno do mesmo, e, em segundo lugar, tanto a memória no seu aspecto construído cotidianamente, quanto do que está cristalizado no delito, que a práxis institucional transforma em “rotina” invertendo a lógica da significação do evento (ARENDDT, 2011). A dificuldade de perceber as implicações desses dois aspectos da memória, por sua vez, ajuda, por um lado, a mascarar o objetivo das medidas das políticas para esse espaço institucional e por outro, “impede” que os atores envolvidos nos processos percebam as “grades” que prendem tanto os apenados quanto a sociedade nos equívocos dualistas.

Introduzindo o campo conceitual da “memória coletiva” Maurice Halbwachs discutia que o indivíduo não recorda sozinho apenas. O que ele imagina como sendo “suas” lembranças fazem parte de um “quadro da memória” que é socialmente adquirido (HALBWACHS, 2006). Entretanto, a memória é não apenas o produto das representações sociais e das subjetividades compartilhadas, ela tem uma dimensão afetiva, no sentido do que nos move que não pode ser desprezada. É esse conjunto de relações que faz com que a memória dessas mulheres, interlocutoras da referida palestra, represente o produto da memória tanto de seus cônjuges e da instituição, quanto da sociedade, onde todos estamos imersos.

Nesse processo pude observar as transformações que se operavam a partir dos mecanismos de socialização. Percebi que, apesar da memória se desenvolver como um construto que se produz na cotidianidade, a vinculação do apenado ao seu delito, estabelece uma cristalização deste e da sua companheira, em um “lugar de memória” (NORA, 1993). Trata-se de um “lugar” institucionalizado pela “memória do delito”, do qual, bem poucos conseguem escapar.

Nesse sentido, a palestra de Visita Íntima acaba se tornando um *lócus* privilegiado de observação do produto desse conjunto de “memórias institucionais”, individuais e coletivas, que constroem vivências e fazem emergir esses elementos vinculantes.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Na referida pesquisa, pretendo entrevistar dois grupos distintos: as mulheres dos detentos e os funcionários envolvidos no programa. Para alcançar tal objetivo, pretendo realizar uma “análise dos discursos” utilizando entrevistas que serão aplicadas durante 1 ano, através de questionários abertos, extraídos a partir de uma amostra aleatória sistemática. Possivelmente, em um segundo momento, com relação ao público da palestra, poderei aprofundar as questões, através da análise de “trajetórias exemplares”.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa ainda se encontra em sua fase inicial, entretanto, algumas discussões dentro da perspectiva da produção da memória e do espaço já se fazem perceber. O espaço, nesse caso, não é somente a instituição prisional em sua dimensão concreta, mas, também, o espaço simbólico da dimensão institucional. Essas duas dimensões interferem na subjetividade dessa memorialização e produz como reflexo um conjunto de práticas inerentes ao “espaço prisional” que se refletem nas companheiras dos apenados submetidas a essa lógica institucional. No caso, a memória coletiva produz uma “memória institucional”, que rotula e estigmatiza o papel social das companheiras.

Nesse sentido, essas mulheres, muitas vezes apresentam tanto nos seus discursos quanto nas suas reflexões, atitudes e comportamentos vinculados ao perfil das solidariedades estabelecidas a partir da lógica prisional. Tendo acompanhado em anos anteriores a palestra como era conduzida e agora com essa nova perspectiva, tem sido possível observar algumas mudanças na atitude das companheiras.

Dessa forma, quando a palestra tinha uma abordagem que denomino aqui de funcionalista, a reação das companheiras era marcadamente pragmática: entrou, assistiu, saiu. Hoje, evidentemente, isso ainda ocorre, entretanto, tem se tornado comum a permanência de algumas delas. Essas companheiras buscam maiores esclarecimentos sobre determinados aspectos, solicitação de “dicas” no que tange aos serviços públicos disponíveis ou mesmo para agradecer, o que era uma prática muito rara nessas atividades. Essas atitudes podem expressar uma reação à mudança na perspectiva temática e a própria abordagem que não as vincula *a priori*, ao delito do companheiro, especialmente, quanto ao tratamento conferido à elas durante as interações propostas na palestra. Muitas dessas mulheres manifestaram a “sensação” de “tirar a cadeia” junto com seus companheiros.

No que tange à palestra, em lugar de centrar as informações na questão da saúde, na perspectiva médica, ou seja, ausência de doença, busca-se trabalhar com o próprio conceito expandido de saúde como um “estado de completo bem estar físico, social e mental” nos termos estabelecidos pela OMS (SCLiar, 2007).

Acrescentamos também questões sobre cidadania, “empoderamento” da mulher e principalmente, o deslocamento da perspectiva da gestação como um evento negativo para uma perspectiva de gestação com responsabilidade, cuidados com o corpo, “escolha” e saúde. Evitar os “filhos da cadeia”, seria uma consequência da “memória do delito” prolongada através da prole. Ou seja, a abordagem passa a tratar a questão sob o ponto de vista feminino, como uma “escolha” e não como uma censura, que evocaria a lógica institucional através de um dilema moral. Neste sentido, falamos sobre o que existe disponível no serviço público, no planejamento familiar, no acesso aos tratamentos.

Uma outra questão diferencial proposta foi o de uma abordagem que ajude a diminuir a “distância” imposta pela postura dual da separação dos “lugares” que cada um pode ocupar, no sentido de aproximar as companheiras para que possam perceber a palestra não como uma imposição institucional, mas como uma oportunidade de aprendizado, interação e de discussão de temas relacionados à perspectiva feminina.

4. CONCLUSÕES

Na atualidade, essa palestra procura construir uma interação com o público feminino. Mesmo que ainda necessite discutir os assuntos ligados à questão da saúde, a abordagem educativa também repercute a vida das mulheres fora do sistema, enquanto sujeitos sociais que ultrapassam os muros da prisão. A palestra, por exemplo, ainda discute sobre métodos anticonceptivos, mas no sentido de que a mulher deve ser a “dona” do seu corpo. A perspectiva é que elas percebam que seu mundo não tem uma relação restrita apenas ao mundo da prisão – mesmo porque elas estão livres – mas também da perspectiva de suas vidas em sociedade, enquanto atores sociais e cidadãs.

Dessa forma, a palestra tem mostrado que a perspectiva “entrou-assistiu-saiu” tem se modificado para a construção de uma “interação-durante” e uma “interação-depois” da palestra, substituindo gradativamente o pragmatismo anterior. Se essa proposta pode gerar outros movimentos é uma questão que demanda mais tempo e observação.

A memória “manipulada” institucionalmente, que entra em conflito com o significado pedagógico da palestra, poderá encontrar um “espaço de negociação de sentidos” no reconhecimento de que essa companheira é, antes de tudo, um ser social: mais um “agente ressocializador”, do que a noção simplificada de cúmplice. Essa nova prática, tal como aqui exposto, tem acontecido desde março do corrente ano até agora, ou seja, seis meses com uma média de quatro palestras por mês, perfazendo um total aproximado de 600 participantes até agora.

A nova palestra, em contrapartida, pode provocar inquietações, sentidos e ressignificações para a vida e para a autonomia dessas mulheres. Neste sentido, ela pode assumir os pressupostos de um “biopoder”, onde a dimensão do controle do próprio corpo está para além do controle masculino ou do Estado. A palestra centrada na companheira assume este caráter mais próximo dos direitos humanos, do que a palestra centrada apenas na concessão do benefício e na “memória do delito”.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2011.
- BIAGGIO, A. **Lawrence Kolberg: ética e educação moral**. São Paulo: Moderna, 2006.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: USP, 1993.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____. **Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.
- _____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.
- HALBWACHS, M. **A memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- MAIA, C. N. [et al]. **Historia das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007. vol 1 e 2.
- MOTTA, M. B. **Critica da razão punitiva: o nascimento da prisão no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, Brasil. n 10, p. 7-28, 1993.
- SCLIAR, M. Historia do Conceito de Saúde. **PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.17, n. 1, p. 29-41, 2007.